

DOPINHO: un lugar de memorias sensibles

Marta Haas¹

Resumen

Esta investigación tiene como tema la performance y la memoria relacionada con la dictadura civil militar brasileña. A partir del análisis de la *conferencia performática* (*palestra-performance* en portugués, *conférence-performance* en francés) titulada “DOPINHO: un lugar de memorias sensibles”, se lanza una mirada al primer centro clandestino de tortura del Cono Sur, ubicado en un barrio residencial de Porto Alegre, Brasil. La existencia del centro salió a la luz cuando el sargento Manoel Raymundo Soares, opositor al régimen militar brasileño, fue asesinado y su cuerpo fue hallado con las manos atadas en el río Jacuí, en Rio Grande do Sul, en agosto de 1966. La *conferencia performática* tiene como punto de partida la memoria corporal de ocupar lugares cargados de historia de la ciudad de Porto Alegre, en acciones escénicas realizadas por el grupo teatral Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz. También se utilizan como fuentes de los Archivos Nacionales de Brasil y el proceso en pleno curso de declaración del Dopinho como patrimonio histórico. En la actualidad, cuando se disputa un cartel en la acera que marca el espacio como centro clandestino de tortura, se cuestiona cómo el arte y la performance pueden contribuir a la transmisión de memorias sensibles.

¹ Doutoranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil) e Université Paris Nanterre (França). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. - martitahaas@gmail.com

DOPINHO: un lugar de memorias sensibles

Sul global. Hemisfério americano. Abia Yala, que na língua do povo Kuna², significa terra madura, terra viva ou terra em florescimento. Embora os diferentes povos originários que habitavam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – como, por exemplo, Pindorama – a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada como contraponto a América. Cone Sul. Brasil, país cujo nome significa “vermelho como brasa”, em referência à cor vermelha do Pau-brasil. Rio Grande do Sul, estado mais meridional do país. Porto Alegre, capital do estado. 30 graus ao sul da linha do Equador, 51 graus à oeste de Greenwich. Localidade que já se chamou Porto de Viamão, Porto do Dorneles e Porto dos Casais. O último nome faz referência aos primeiros casais de colonos portugueses, oriundos da Ilha dos Açores.

Essa terra, no entanto, já era habitada muito tempo antes. Conforme o Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas de Porto Alegre, foram “as cidades que se assentaram sobre territórios pretéritos indígenas, e não o contrário. Considerando a região sobre a qual se assenta a Porto Alegre – denominada bacia hidrográfica do Rio Guaíba –, sabe-se que nela se situam territórios de pertencimento de distintos povos indígenas, há pelo menos 9.000 anos antes do presente” (Freitas, 2008: 5). Hoje podemos localizar em Porto Alegre cinco coletivos *Kaingang*, dois coletivos *Guarani* e um coletivo *Charrua*, além de dezenas de famílias indígenas que vivem nos bairros e nas vilas da cidade. Até hoje a geografia política da cidade resguarda o conhecimento indígena na designação de locais que viraram bairros ou logradouros como Ipanema, Nonoai, Itapuã, Iguatemi, Ubirici, Jarí.

Sua importância geográfica deve-se à posição estratégica, que liga o litoral e o interior do continente, no encontro de diversas paisagens (bacia hidrográfica, serras, planaltos, planícies e planuras). A historiografia perpetuou a designação de *Tape* como nome mais antigo, palavra Guarani que quer dizer “caminho”, “percurso”. O clima, subtropical úmido, tem como principal característica a grande variação. O verão é quente e abafado e o inverno é frio. A grande massa de água do Rio Guaíba contribui para elevar as taxas de umidade atmosférica e modificar as condições climáticas locais.

Este trabalho poderia começar de muitas formas e partir de muitos lugares. Decidi partir desse lugar, o Guahyba, pois ele nos lembra daqueles que habitaram esta terra antes da gente, daqueles que

² Conforme Carlos Walter Porto-Gonçalves em <https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>.

vieram antes de nós. Segundo Kaká Werá, do povo tapuia, “os nossos ancestrais, nossos parentes, não são só nossos tios, avós, tataravós, sangue do nosso sangue; os nossos ancestrais vão além disso. As árvores são nossas avós, os animais são nossos bisavôs, as pedras são nossas tataravós. É assim. Não é só uma força de expressão, não é mesmo” (Werá, 2019: n.p.). O Guahyba, nosso tataravô, comporta a junção das águas de muitos rios e afluentes, é um lugar de grande circulação, lugar que liga o litoral e o interior, lugar de passagem, lugar de entrada e lugar de saída. O nome Guahyba origina-se do tupi-guarani e pode ser traduzido como “encontro das águas”.

No Rio Guaíba fica uma minúscula ilha, que possui aproximadamente 100 metros por 60. Seu nome é Ilha das Pedras Brancas, devido às inúmeras e enormes pedras que ali ficaram assentadas. Porém, ficou mais conhecida como Ilha do Presídio. Um presídio de segurança máxima que a partir de 1964 encarcerou presos políticos. Em 2011, nas ruínas desse presídio, tive a oportunidade de apresentar com a Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz o espetáculo que chamamos *Viúvas – Performance Sobre a Ausência*, que partia do texto teatral *Viudas* de Ariel Dorfman e Tony Kushner.



Viúvas - Performance sobre a Ausência com Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz
(Foto de Pedro Isaias Lucas)



Viúvas - Performance sobre a Ausência com Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz
(Foto de Pedro Isaias Lucas)



Viúvas - Performance sobre a Ausência com Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz
(Foto de Pedro Isaias Lucas)

Fizemos duas temporadas de apresentações, uma no verão quente, abafado e chuvoso, outra no fim do inverno, ainda frio e também chuvoso. Eu poderia ficar horas rememorando a experiência surreal e fantástica que foi poder contar aquela história naquele lugar naquele momento histórico. Guardo em muitos lugares do meu corpo aquilo que lá vivenciei. Porém, agora irei me deter numa história que lá conheci. Trata-se da história de Manoel Raymundo Soares. Num dos intensos dias de trabalho e de afetos que passamos na ilha, ouvi pela primeira vez uma das quatro cartas que Manoel escreveu e conseguiu fazer chegar clandestinamente a sua esposa, Elizabeth Challup Soares, que morava no Rio de Janeiro:

“Ilha Presídio, P. Alegre, 15 de abr. 66. Querida Betinha. Finalmente acabei sendo preso. Cai em uma cilada de um 'dedo-duro' chamado EDÚ e vim parar nessa ilha-presídio. Fui preso às 16.50hs do dia 11 de março, sexta-feira, em frente ao Auditório Araújo Viana. Fui levado para o quartel da P.E. onde fui 'interrogado' durante duas horas e depois fui levado para o DOPS. Estou bem. Nesta ilha me recuperei do 'tratamento' policial. Até o dia em que fui preso estava dormindo em Hotéis e pensões variadas. Não sei como vou me arranjar no dia em que eu for solto pois o LEO único amigo que eu tinha em Recife, perdi o contato com ele e eu não sei o endereço. Espero que você esteja bem e que se mantenha em calma. Isto passa. Nos dias seguintes ao que eu for solto teremos uma nova lua de mel em uma cidade bonita qualquer. (...) Você NÃO deve vir aqui. Isso não ajudará NADA e você NÃO conseguirá visitar-me. (...) Esta é a quarta tentativa de te mandar notícias minhas. Esta carta só foi possível graças aos amigos da prisão. Estou absolutamente calmo e tranquilo até hoje 15 Abr. não sei como vão coisas aí pelo mundo. Mantém a calma, pois nestas horas só a calma ajuda. Se quiseres e puderes vai passar uns meses em Minas com os parentes. Recebe um carinhoso e bem apertado abraço e um montão de beijos deste que é teu até morrer, o teu Manoel” (SOARES en ROSA, 2008: 10).



Acervo de família. Fonte: Livro *O Sargento, o marechal e o faquir* de Rafael Guimaraens (2016)



Acervo de família. Fonte: Livro *O Sargento, o marechal e o faquir* de Rafael Guimaraens (2016)

Manoel Raymundo Soares tinha 30 anos quando foi assassinado, depois de 152 dias preso e incomunicável. Ele era natural do Pará, filho de família pobre e casado com Betinha. Sargento, teve a prisão decretada em abril de 1964 e foi expulso do Exército em junho do mesmo ano. Com o Ato Institucional n 1, foi cassado e teve ordem de prisão decretada, assim como outros sargentos considerados “subversivos”. Para não ser preso, desertou e passou a viver na clandestinidade. Em 11 de março de 1966, estava em Porto Alegre quando foi delatado por um colaborador da repressão política e foi preso por militares à paisana. Foi levado primeiro ao quartel, onde foi submetido a interrogatórios e torturas. Depois, foi transferido para a sede do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS-RS), onde permaneceu por cerca de uma semana e continuou a ser torturado. Em 19 de março, foi transferido para o presídio improvisado na Ilha das Pedras Brancas, onde permaneceu até o dia 13 de agosto em regime de incomunicabilidade. Nesse último dia, através de memorando, foi entregue a funcionários do DOPS. O corpo de Manoel, com as mãos amarradas às costas e nítidos sinais de tortura, foi encontrado boiando no Rio Jacuí, por dois moradores da Ilha das Flores.

O assassinato ficou conhecido como Caso das Mãos Amarradas e teve grande repercussão, o que levou a abertura de quatro investigações: um inquérito policial, um Inquérito Policial Militar (IPM), a cargo do III Exército, uma investigação do Ministério Público estadual, e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A investigação do Ministério Público, à cargo do promotor Paulo Cláudio Tovo, afirmou que os indícios levavam ao DOPS e apontou como principal responsável o major de infantaria Luiz Carlos Menna Barreto, chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e responsável pelo Dopinho. Em março de 1973 a viúva de Manoel iniciou uma ação judicial requerendo a responsabilização da

União e de agentes do Estado pela morte de seu marido. Em 1978, o tenente reformado da Aeronáutica, Mário Ranciaro fez novas denúncias. Manoel teria sido levado do DOPS para uma sala do prédio da Secretaria de Segurança Pública, em 13 de agosto, e, à noite, conduzido em um jipe do Exército ao rio Jacuí, onde teria sido assassinado por militares do III Exército e por civis subordinados a Menna Barreto. Na época, porém, a Justiça decidiu que não havia elementos que pudessem fundamentar a reabertura do caso. Somente em dezembro de 2000 houve sentença favorável à viúva, mas a União recorreu. Finalmente, em 2005 a indenização foi concedida.

Segundo Rafael Guimarães, “até o fim da vida, Betinha morou no sobrado da Rua Coelho e Silva e manteve os chinelos de Manelito ao lado da porta. Sonhava que, um dia, ele chegaria em casa, tiraria os coturnos e calçaria os chinelos, a beijaria nos olhos e os dois se sentariam no sofá para ouvir, abraçados, os acordes mágicos de Mozart, Bach e Beethoven” (GUIMARAENS, 2016). Manoel inicia a última carta recebida por sua esposa assim:

“Ilha das Pedras-Brancas (Ilha Presídio), Porto Alegre, 10 de julho de 1966. Minha querida Betinha: Ainda estou vivo. Espero de todo o coração que você tenha recebido as cartas que remeti anteriormente. Esta é a oitava. Nunca pensei que o sentimento que me une a você chegasse aos limites de uma necessidade. Nestes últimos dias, tenho sido torturado pela ideia de que estou impedido de ver teu rosto ou de beijar teus lábios. Todas as torturas físicas a que foi submetido na P.E e na D.O.P.S. não me abateram. No entanto, como verdadeiras punhaladas, tortura-me, machuca, amarga, este impedimento ilegal de receber uma carta, da mulher, que hoje, mais do que nunca, é a única razão de minha vida” (SOARES en ROSA, 2008: 13).

Infelizmente, pouco tempo depois de escrever que ainda estava vivo, Manoel teve sua soltura forjada, para em seguida ser novamente torturado, dessa vez até a morte. Compartilho a seguir algumas fotos que realizei para a palestra performance *DOPINHO: um lugar de memórias sensíveis* nos lugares relacionados à história de Manoel.



Palestra performance *DOPINHO*: *um lugar de memórias sensíveis*
Em frente à Ilha do Presídio (Foto de Pedro Isaias Lucas)



Palestra performance *DOPINHO*: *um lugar de memórias sensíveis*
Em frente do monumento em homenagem a Manoel Raymundo Soares (Foto de Pedro Isaias Lucas)



Palestra performance *DOPINHO*: um lugar de memórias sensíveis

Em frente ao DOPS, prédio da Polícia Federal (Foto de Pedro Isaias Lucas)



Palestra performance *DOPINHO*: um lugar de memórias sensíveis

Em frente ao DOPINHO (Foto de Pedro Isaias Lucas)

A última foto foi tirada em frente ao casarão da Rua Santo Antônio, 600, num bairro residencial e centralizado da cidade de Porto Alegre. Lugar clandestino que só ficou conhecido por causa da investigação do brutal assassinato de Manoel. Eu entrei nessa casa em 18 de dezembro de 2013, num ato simbólico que marcava a ocupação do casario para transforma-lo no Centro de Memória Ico Lisboa. Nessa ocasião, a convite do Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça, o Ói Nós Aqui Traveiz apresentou *Onde? Ação nº 2*. Essa ação surgiu após a experiência de apresentar o espetáculo *Viúvas - Performance sobre a ausência* nas ruínas da Ilha do Presídio. A sobreposição entre fragmentos de um texto que pode situar a história em diversos povoados latino-americanos (onde

coube às mulheres o papel de perpetuar a memória de um passado terrível) e um local real (onde aconteceram várias atrocidades no período da ditadura civil-militar brasileira e que hoje está abandonado, atestando nossa falta de memória) levou o *Ói Nós* a criar essa ação. Houve a necessidade de levar para as ruas da cidade, compartilhando com mais pessoas e interferindo em seu cotidiano, a experiência de dor e olvido que a Ilha trouxe, por isso o título *Onde? Ação nº 2*. Assim como no espetáculo, trabalha-se a relação das mulheres com as cadeiras vazias, cadeiras de pessoas ausentes, que se tornaram desaparecidas. No final, durante alguns minutos, as mulheres evocam os nomes dos desaparecidos políticos do Brasil. Poder nomear um a um, os nomes dos desaparecidos, e espalhar ao vento pequenos papéis com suas biografias, foi a forma poética encontrada para provocar rupturas no cotidiano da cidade e questionar: onde? Onde estão?

Realizar a ação naquele momento e naquele lugar foi muito potente. O corpo que é arrastado pelo chão pelos agentes engravatados e armados foi trazido para o pátio por um túnel comprido, que facilitava a entrada de carros. Por fim foi levado para uma pequena construção anexa ao pátio, que depois descobri ser o que chamavam de “lavanderia”, anexa a um porão, primeiro lugar para o qual eram levadas as pessoas sequestradas, onde seriam em seguida seviciadas. As mulheres com suas cadeiras fizeram seu ritual de evocação dos desaparecidos no pátio. Muitas vezes, quando realizamos a ação, depois de falarmos o nome de um desaparecido político, pessoas que militam por Memória, Verdade e Justiça, afirmam Presente! Lá no Dopinho, cada vez que falávamos o nome de um dos desaparecidos, o coro ia aumentando. Presente! Presente! Presente! Por fim, lançando ao vento os papeizinhos que tínhamos em mãos, adentramos a casa. Foi a primeira e única vez que entrei lá. A casa estava vazia de móveis, mas cheia de pessoas. Pessoas que achavam importante transformar esse lugar em um centro de memória e que reconheciam o seu caráter simbólico na história de nosso país e do continente. Em dezembro de 2013, é preciso lembrar, estavam em pleno curso as pesquisas e investigações da Comissão Nacional da Verdade, cujo Relatório Final³ foi tornado público em 10 de dezembro de 2014. O tema da ditadura civil militar era uma notícia constante em diversos meios de comunicação e uma parcela da sociedade civil estava engajada na discussão e reflexão sobre o tema.

³ Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.



Performance *Onde? Ação n° 2* no Dopinho

(Foto de Otávio Teixeira)

Em agosto de 2015, em frente ao Dopinho, foi instalada uma placa⁴, onde pode ser lido: “Primeiro centro clandestino de detenção do Cone Sul. No numero 600 da rua Santo Antônio, funcionou estrutura paramilitar para sequestro, interrogatório, tortura e extermínio de pessoas ordenados pelo regime militar de 1964. O major Luiz Carlos Menna Barreto comandou o terror praticado por 28 militares, policiais, agentes do Dops e civis, até que apareceu no Jacuí o corpo com as mãos amarradas de Manoel Raymundo Soares, que suportou 152 dias de tortura, inclusive no casarão. Em 1966, com paredes manchadas de sangue, o Dopinho foi desativado e os crimes ali cometidos ficaram impunes”.

A colocação desta placa faz parte do projeto Marcas da Memória⁵, que prevê a identificação dos locais que abrigaram tortura durante a ditadura militar (1964-1985). A intenção é tornar públicos todos os espaços que foram centros de detenção e tortura, bem como incentivar atividades culturais que propiciem o conhecimento e a reconstrução da memória dessa época. A ação foi uma iniciativa do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, uma importante organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, localizada na cidade de Porto Alegre, que atua na defesa e na promoção dos direitos humanos. Foi criado oficialmente em março de 1979, mas seus fundadores atuavam na clandestinidade desde o início da década de 1970, criando condições para que perseguidos políticos do Brasil pudessem passar a fronteira e se exilar no exterior. E mais tarde, fazendo o percurso inverso,

⁴ Ver em

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdh/default.php?p_noticia=179828&QUARTA+PLACA+DO+PROJETO+MARCAS+DA+MEMORIA+E+COLOCADA+NO+DOPINHO.

⁵ O projeto foi apresentado em <https://youtu.be/5q1yNLXQM-o>.

criando condições para que perseguidos políticos dos países vizinhos do Cone Sul se refugiassem no Brasil.

Em 1 de abril de 2015 participamos, também com Onde? Ação nº 2, do ato de descerramento da placa que marcava outro espaço de tortura de Porto Alegre: o antigo DOPS. A placa em frente ao Palácio da Polícia⁶ diz o seguinte: “Neste Palácio da Polícia/RS, no 2º andar, funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS) de 1964 a 1982, em parceria com o III Exército, aplicando o horror da Doutrina de Segurança Nacional. Torturou cidadãos em suas masmorras, houve mortos. Aqui o agente da CIA Dan Mitrione ensinou: ‘A dor exata, no lugar exato, na quantidade exata para obter o resultado desejado’”.



Performance *Onde? Ação nº 2*

Em frente ao DOPS, prédio da Polícia Federal (Foto de Pedro Isaias Lucas)

Em 2020, em plena pandemia, a placa em frente ao casarão na Rua Santo Antônio nº 600 foi desaparecida. Um inquérito foi aberto após a constatação da retirada da placa, em junho de 2020, pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Segundo a promotora responsável pelo caso, os proprietários alegaram que um idoso quase tropeçou e quase se machucou ao passar pelo local, devido a avarias na placa. Porém, o imóvel é inventariado e qualquer modificação na placa deveria ter sido comunicada previamente. O Ministério Público do Rio Grande do Sul, em 29 de outubro de 2020, num acordo voluntário determinou que a placa fosse recolocada na calçada em um prazo de cem dias. A placa, portanto, deveria ser novamente confeccionada, mantendo as mesmas características e

⁶ Ver notícia em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/04/placa-lembra-que-palacio-da-policia-foi-calabouco-e-local-de-tortura-na-ditadura-4731817.html>.

dizeres. E os custos seriam de responsabilidade dos proprietários. Em abril de 2021, mais de cem dias depois do acordo, finalmente a placa foi recolocada⁷.

Durante esse período, eu soube que está em pleno andamento um processo de tombamento⁸ do casarão, que foi aberto a pedido da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos em 2017, após encaminhar de Moção sobre a Desapropriação do Imóvel Dopinho/RS ao extinto Ministério da Cultura do Brasil. A seguir, gostaria de compartilhar mais informações sobre o processo de nº 01450.900759/2017-13⁹. O Parecer Técnico 198, de 17.09.2018, que se refere ao valor arquitetônico da edificação, concluiu que: “a edificação não possui excepcionalidades ou características representativas de uma época ou linguagem arquitetônica de relevância nacional. Conclui-se que não existem motivos que justifiquem o tombamento nacional por valor arquitetônico do Casarão nº 600, situado na Rua Santo Antônio, em Porto Alegre/RS, conhecido como Dopinho” (Sá, 2018). Porém, embora não haja valor arquitetônico, ressalta que “é clara a importância do bem no que diz respeito a seu valor cultural” (Sá, 2018).

O Parecer Técnico 2 de 28.09.2018, elaborado pela técnica da área de história Beatriz Muniz Freire, concluiu que o imóvel possui valor que justifique seu tombamento. No entanto, ele não foi acolhido pela instância máxima do IPHAN RS. Por meio do Memorando 123, de 18.10.2018, a autoridade máxima do IPHAN-RS informou ao Gabinete da Presidência, *ipsis litteris*, que “(...) o único Parecer Conclusivo (...) e acolhido por esta Superintendente, refere-se à Arquitetura da Edificação, a qual foi considerada desprovida de Valor para Tombamento Federal. (...) Já em relação ao Valor Histórico ou Evocativo, não há Parecer Conclusivo acolhido” (Erpen, 2018).

O processo passou por diversas instâncias sobre as quais não tenho conhecimento para detalhar e ficou parado por um tempo. Como a Carta de serviço ao cidadão do Brasil determina que um processo de tombamento seja concluído até o prazo de cinco anos, a contar da sua abertura, e esse processo foi aberto em 2017, existe uma pressão para que a instrução de tombamento seja concluída. Por meio do Ofício 1260, o dirigente do Iphan-RS ponderou que “(...) o processo será reanalisado

⁷ Ver notícia em <https://prefeitura.poa.br/smds/noticias/placa-do-projeto-marcas-da-memoria-e-recolocada-no-antigo-dopinho>.

⁸ O tombamento é a palavra brasileira que designa o reconhecimento do valor histórico, artístico ou cultural de um bem, transformando-o em patrimônio oficial público. A etimologia da palavra advém da Torre do Tombo, arquivo público português onde são guardados e conservados documentos importantes. Para saber mais, consultar: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=noticiasDetalhesAc&item=37302>.

⁹ O processo e os pareceres podem ser consultados em: <https://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>.

pela nova equipe técnica do Iphan-RS, quanto ao parecer técnico histórico, em caráter de prioridade com vistas à finalização por parte desta Superintendência da instrução do processo de tombamento” (Mello, 2020). E, de fato, em 11 de novembro de 2020 foi publicado o Parecer Técnico nº 171, que reflete sobre o valor histórico do bem, de autoria do técnico Diego Luiz Vivian. Achei o parecer tão elucidativo, que gostaria de compartilhar alguns trechos de sua análise.

“A fim de contextualizar historicamente a organização e funcionamento de dispositivos como o Dopinho, é preciso registrar que ele teria sido surgido em um período de ampla difusão internacional da teoria da guerra ‘psicológica’, ‘contrarrevolucionária’, conhecida na linguagem da caserna como ‘doutrina francesa’. Criada a partir de 1954, depois da derrota dos franceses na Indochina, atual Vietnã, tal doutrina fora sistematizada e difundida nas Américas pelo militar francês Paul Aussaresses, veterano da Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial e das guerras da Indochina (1946-1954) e da Argélia (1954-1962). Sua competência como agente de informação adquirida nesses eventos bélicos o tornaram elemento importante dentro dos Serviços Secretos franceses, tendo em vista sua especialização com métodos militares não convencionais de luta contra insurgentes que pressupõe organização de locais clandestinos, fora da estrutura e dos organograma oficiais, para prisões arbitrárias, tortura, execuções sumárias e terror psicológico sobre a população” (Vivian, 2020).

O parecer, então, cita alguns processos de tombamento que podem servir de referência: a Casa da Morte em Petrópolis/RJ, as instalações do DOI-CODI (Departamento de Operações e Informações - Centro de Operações e Defesa Interna) e o Edifício Maria Antônia em São Paulo/SP. E conclui:

“Pelo exposto, se vislumbra que o bem denominado Dopinho representa um lugar de ‘memórias sensíveis’, na acepção que é dada ao termo por especialistas de diversas áreas do conhecimento, como arquivistas, antropólogos, cientistas da informação, historiadores e juristas. Nessa categoria estariam lugares como os campos de concentração e de trabalhos forçados; os navios prisões; (...) locais de massacres e chacinas; assim como sítios que remontam à história da escravização de africanos, como o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. Um patrimônio sensível, portanto, na medida em que a trajetória de utilização do imóvel conhecido como Dopinho está ligada a acontecimentos traumáticos, evocando contextos históricos geradores de sofrimentos individuais e coletivos. (...) Como vimos, parece ficar claro que o bem denominado Dopinho representa um lugar de memórias sensíveis, junto a tantos outros existentes no país e no exterior. Esse patrimônio cultural se destaca pela sua relevância histórica, sendo capaz de favorecer, através de medidas administrativas adequadas e tecnicamente fundamentadas, o exercício dos direitos culturais como parte fundamental das políticas públicas

contemporâneas de preservação e difusão da memória e identidade nacionais, conforme previsto pela Política Nacional do Patrimônio Material” (Vivian, 2020).

Penso que a Superintendência do IPHAN-RS terá de acolher um segundo parecer técnico histórico favorável e, como o prazo de cinco anos termina em setembro de 2022, espero que num futuro próximo tenhamos uma boa notícia em relação a esse processo. É evidente que o tombamento não garante a imediata desapropriação do imóvel e a transformação no Centro de Memória Ico Lisboa, mas esse seria mais um passo importante e fundamental nessa direção. No momento presente, em que está em disputa uma placa na calçada que marca o espaço como centro clandestino de tortura, fico me perguntando quais seriam as formas possíveis de ocupar e habitar esse lugar de memória sensível. Esse questionamento me levou a criar a palestra performance *DOPINHO: um lugar de memórias sensíveis* a partir de minha própria memória corporal de ocupar lugares carregados de história da cidade de Porto Alegre, assim como fontes do Arquivo Nacional brasileiro e o processo em pleno curso de tombamento do Dopinho. Ainda estou viva. Apesar de tudo, nós que aqui estamos, ainda estamos vivos. É porque ainda estou viva, que decidi contar essa história. Como as águas de um rio, essa história desemboca em outras águas, até desaguar, por fim, em algum mar. Essas histórias devem seguir seu fluxo e serem contadas muitas e muitas vezes, até que esses mortos, nossos mortos, possam finalmente descansar em paz.

Bibliografia

ERPEN, Juliana Inês (2018) “Memorando nº 123/2018/IPHAN-RS” en Processo nº 01450.900759/2017-13. Disponível en:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzM7yJif8zC8pzckcuql09jCaMPYqhhvwtD1qCygXkwviRUYqK049S798-kR3vATTEHPcpsR5DRckGw73FL4sgKK

FREIRE, Beatriz Muniz (2018) “PARECER TÉCNICO nº 2/2018/COADM IPHAN-RS/IPHAN-RS” en Processo nº 01450.900759/2017-13. Disponível en:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzOPIVaMaUh9U76RgBNlhBISyK0ki7HZ6SI-Uv4alAJMnGhVA3DzVQ6TeKVnD_ec4aDjEYusr-HeitQbXH-yCskn

FREITAS, Ana Elisa de Castro (2008) “Nossos contemporâneos indígenas” en Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (coord) Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba (Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre).

GUIMARAENS, Rafael (2016) O sargento, o marechal e o faquir (Porto Alegre: Libretos).

MELLO, Leonardo Maricato de. “Ofício Nº 1260/2020/IPHAN-RS-IPHAN” en Processo nº 01450.900759/2017-13. Disponível en:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5RHPDtEp9Bm45MkqBMjH3Ja-JaPBMjEeILt-_5G1FGYR3nZHvgwvUvN2qjP2BYvxduIaL_Mh7Mfsls4FDykvFyo

ROSA, Susel Oliveira da (2008) “A escrita de si na situação de tortura e isolamento: as cartas de Manoel Raymundo Soares” en História, imagem e narrativas (Rio de Janeiro) Ano 3, No 7.

SÁ, Roseli Maria Comissoli de (2018) “PARECER TÉCNICO nº 198/2018/COTEC IPHAN-RS/IPHAN-RS” en Processo nº 01450.900759/2017-13. Disponível en:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDSzXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzPVIP_3NvdgEqYjLtSsLIBMQe7aiILDasRd8IzIscRXxuJwd7kYafWWZ2n8gRyYaCZKy6_U6tzzMzQSjhB3iSN-

VIVIAN, Diego Luiz (2020) “PARECER TÉCNICO nº 171/2020/COTEC IPHAN-RS/IPHAN-RS” en Processo nº 01450.900759/2017-13. Disponível en:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5RSHimCF7MZRWQMp-l3WIDIRALuohiB7GzPxbTg-HFc6yh_UKLshRokuHqGhIBOdXWvDW0ESjhm4CuRVdboe53G

WERÁ, Kaká (2019) “A Terra é de Nhanderú” en Revista Bodisatva (Viamão: Editora Bodisatva). Disponível en: <https://bodisatva.com.br/terra-e-de-nhanderu/>